

A união livre... uma via de compromisso?

Jean-Marc Lessard, PHD, psicólogo

INTRODUÇÃO

Tratar da união livre como podendo ser uma via de compromisso, é entrar num mundo complexo. Com efeito este assunto diz respeito ao ser humano como um todo. Faz referência quer ao episódio bíblico da criação, quer ao plano da sociedade no qual evolui o ser humano bem como as mudanças sociais que o afectam. Este assunto inclui igualmente a dimensão psicológica do desenvolvimento humano e o domínio espiritual dos valores que o guiam. Em suma, este tema é um desafio considerável.

Não pretendemos aqui decretar princípios fundamentais aos quais seria necessário aderir fatalmente; isto seria ir directamente contra o nosso espírito de caminhada. Queremos antes apresentar factos e sugerir interpretações que vos será possível receber e utilizar de acordo com os vossos critérios pessoais.

As Jornadas Internacionais 2012 da FICPM vão apresentar pontos de vista diversos e propor pistas de reflexão que, esperamos, serão de molde a esclarecer-vos. Esta iniciativa está de acordo com o espírito de base do Instituto da Família que está « *A caminho para e com as famílias* ». Diga-se de passagem, a família começa por um casal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Como introdução pareceu-nos importante ter presentes dois autores: Henri Beaumont, padre e professor de teologia na Universidade Laval do Quebec pelas suas noções sobre a consciência esclarecida e Yves Ledure, filósofo e professor no Instituto Católico de Paris e na Universidade de Metz com as suas afirmações sobre a modernidade.

1. Consciência ensinada versus consciência esclarecida

Henri Beaumont (1986) apresentava a consciência esclarecida como uma base essencial do crescimento humano e espiritual. Este autor apresenta as diferenças entre a consciência ensinada e a consciência esclarecida. A primeira consiste em receber princípios de conduta moral ou religiosa e aplicá-los sem discussão nem avaliação estando convencido que eles se aplicam directamente às situações estudadas e constituindo regras a observar para guardar o recto caminho.

Pelo contrário, a consciência esclarecida recebe igualmente estes princípios mas exerce sobre eles uma forma de crítica pessoal, um discernimento para ver a sua aplicabilidade e pertinência tendo em conta circunstâncias inerentes e preocupando-se igualmente com o bem comum. Esta visão tem assim o mérito de não encerrar a pessoa em princípios dos quais não se pode afastar.

2. Transcendência versus modernidade

Yves Ledure (2010) opõe transcendência a modernidade. Na transcendência, o homem ocidental posiciona-se em relação a Deus, referência absoluta de todos os valores, quer individuais quer sociais.

Por oposição, a modernidade pela sua « *liberdade de pensar, igualdade homem-mulher, crença de escolha e não de instituição [...] dá lugar ao nascimento de um homem livre, de um sujeito autónomo que se quer responsável pelo seu destino.* » Ele dirá assim: « *É na sua proximidade com o homem, na sua convivência com o humano, que o cristianismo reencontrará o caminho dos homens dos tempos modernos. Só será uma religião da transcendência se for em primeiro lugar um humanismo.* »

Estas abordagens irão balizar a nossa reflexão e têm em comum a responsabilização da pessoa como criatura humana, o que parece reflectir plenamente o plano de Deus para o homem e para a mulher.

1. FUNDAMENTOS BÍBLICOS DA RELAÇÃO HOMEM-MULHER

Génesis 2, 18.21-23

« O Senhor Deus disse: «Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele.» [...] Então, o Senhor Deus fez cair sobre o homem um sono profundo; e, enquanto ele dormia, tirou-lhe uma das suas costelas, cujo lugar preencheu de carne. Da costela que retirara do homem, o Senhor Deus fez a mulher e conduziu-a até ao homem. Então, o homem exclamou: «Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne. Chamar-se-á mulher, visto ter sido tirada do homem!»

Este relato bíblico repleto de símbolos põe em evidência o projecto de Deus para o ser humano. Dando-lhe a mulher, Deus retira o homem da solidão e permite-lhe passar à saudação. Diante da mulher que lhe foi dada, o homem exclama *« Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne »*. Enfim, ele tem um frente-a-frente com aquela de quem se torna companheiro de igual para igual, permanecendo contudo diferentes. Em hebraico, as palavras homem e mulher têm a mesma raiz « ish » e « isha », macho e fêmea, iguais e diferentes.

É neste gesto criador que o homem e a mulher se vão tornar parceiros da acção criadora de Deus, de onde *« Crescei, multiplicai-vos, enchei e submetei a terra. »* (Gn 1, 28) A aliança homem-mulher existe para a fecundidade: física, psicológica, social e espiritual.

Como é bela esta Palavra de Deus que se maravilha contemplando o homem e a mulher e que diz *« Deus, vendo toda a sua obra, considerou-a muito boa. »* (Gn 1, 31)

E pronto, a mesa está posta. Sem entrar numa perspectiva de transcendência, vejamos a este respeito uma missão confiada ao homem e à mulher, missão que não são obrigados a cumprir mas à qual podem decidir aderir sem que para isso se defina uma modalidade.

2. A UNIÃO LIVRE: AS SUAS ORIGENS

2.1. CONSTATAÇÕES FAVORECENDO A PERENIDADE DO CASAMENTO RELIGIOSO

2.1.1. Contexto religioso

Até aos anos sessenta, no Quebec, a única forma reconhecida oficialmente de realizar um projecto de vida a dois era o matrimónio cristão. Esta directiva emanava de princípios religiosos católicos para os quais a única finalidade do

casamento era a procriação. « *O casamento e o amor conjugal são ordenados pela sua natureza à procriação e à educação dos filhos.* » (Paulo VI, 1979) Nesta época, o prior, o médico e o notário representavam, na paróquia, as pessoas que tinham um certo grau de conhecimento. Tornavam-se assim a fonte de referência para as diversas situações encontradas na vida corrente. Neste contexto, o prior tornava-se o guia e o guarda da moral cristã para os seus paroquianos. Não deixava de lhes lembrar a importância da procriação como finalidade do casamento, e isto a propósito e a despropósito. Estas directivas eram a maior parte das vezes muito respeitadas pelos seus paroquianos.

Quando hoje olhamos o efeito da presença do filho no seio do casal (Denise Lemieux, 2003), a permitir criar um efeito de estabilidade, não é difícil deduzir que estas directivas contribuíam para solidificar um casamento e assegurar a sua duração.

O seguimento dos princípios católicos sobre o casamento incluiu, nas finalidades do casamento, **a união** entre os esposos. « *A sexualidade está ordenada para o amor conjugal entre o homem e a mulher. No casamento, a intimidade corporal dos esposos torna-se um sinal e um penhor de comunhão espiritual* ». (CEC, 1992, 2360) « *Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o acto conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade* ». (CEC, 1992, 2369) Além disso observa-se uma alteração na forma de estabelecer as prioridades no casamento. Passa-se da importância da procriação à primazia da relação e do amor entre os esposos. Esta mudança reflecte-se na «declaração de intenção» (Instituto da Família, Igreja Católica do Quebec, 2005) onde a importância da união entre os esposos se apresenta em primeiro lugar e com quatro afirmações. Em seguida vem a única afirmação sobre a procriação.

Esta presença « *do prior no quarto de dormir* », expressão popular no Quebec, e a insistência na procriação, teve como efeito criar uma resistência vincada por parte dos leigos face ao casamento e a vê-lo como um constrangimento exigente e frequentemente pouco adaptado às condições de vida.

2.1.2. Contexto patrimonial dos anos sessenta

Um outro dado importante que mantinha as famílias unidas entre si: o do património familiar. O quinhão paterno, a terra ancestral era, para as famílias agricultoras daquele tempo, o bem fundamental que permitia assegurar a sobrevivência financeira a toda a família. Assim permanecia-se na terra familiar para assegurar a sua produtividade, assegurar a sobrevivência da família... e um dia herdar uma parte deste bem familiar para assim dar continuação à descendência.

Este constrangimento financeiro tinha como efeito manter na família filhos e netos. A terra assegurava a sobrevivência da grande família. Ela evitava ao mesmo tempo iniciativas pouco comuns tais como separações ou divórcios. Homem, mulher e filhos permaneciam unidos... para a sua sobrevivência.

Este contexto patrimonial podia, em certos casos, ser levado a que a escolha do parceiro fosse feita pelo pai : questão do « bom partido » no plano financeiro ou de « uma boa mãe de família ». Eis um outro factor que assegurava a estabilidade dos casamentos dos anos anteriores.

2.1.3. A escolha dos esposos

O amor que os esposos têm um pelo outro constitui hoje em dia o principal elemento na elaboração de um projecto de vida a dois. Esta componente constituía, até há pouco tempo, um terceiro factor que podia sustentar a perenidade de uma união.

2.2. NOVOS FENÓMENOS DE SOCIEDADE

2.2.1. O ensino obrigatório

Em 1961, a entrada em vigor da lei sobre o ensino obrigatório até aos 16 anos (Governo do Quebeque, 1963) modifica o contexto social do Quebeque. Neste momento a população torna-se mais aberta às realidades exteriores que a cercam. São emitidas ideias novas, são propostas correntes de pensamento, e são apresentadas formas de estar e de fazer. Os párocos, os notários e os médicos deixam de ser as únicas autoridades competentes e reconhecidas. Há todo este conhecimento novo que emerge e que torna os homens e as mulheres mais independentes de pensamento, capazes de desenvolver mais o seu espírito crítico

com ajuda dos conhecimentos adquiridos. Os estudos superiores, tendo-se tornado mais acessíveis, vão contribuir para acentuar esta liberdade. Esta via conduz gradualmente a esta « consciência esclarecida » de que fala Henri Beaumont, consciência que vai guiar melhor as pessoas nas decisões a tomar.

Eis que o efeito da instrução vai, de alguma maneira, retirar uma baliza ou uma garantia à perenidade do casamento. A partir de agora já não se tem como referência os conselhos do pároco para determinar o tipo de união para o projecto de vida a dois. Será um assunto pessoal.

2.2.2. A industrialização

A importância posta na instrução abre diversas janelas sobre o mundo. Entre estas destacamos a industrialização. Nas cidades, de ora avante, desenvolvem-se fábricas de diferentes produtos. No Quebec o calçado, a roupa interior, o tabaco, estão entre as fábricas que nascerão em primeiro lugar. Este crescimento tem por efeito atrair à cidade homens e mulheres que podem assim abandonar o património familiar e ganhar a sua subsistência de outro modo. A terra ancestral é abandonada gradualmente e as cidades povoam-se cada vez mais. Os salários são vantajosos – mais do que a terra podia assegurar – e os jovens adquirem assim uma independência em relação à sua família.

Mais uma defesa à duração do casamento acaba de cair. Os jovens já não têm necessidade da terra para sobreviver. Longe dos pais, poderão levar uma vida mais independente, ao abrigo dos conselhos dos seus pais, e já não precisam de se submeter, por vezes contra sua vontade, às suas directivas de conduta. Privavam-se da sabedoria em favor da independência? Quem sabe...

2.2.3. Chegada das mulheres ao mercado de trabalho

A guerra de 1939-45 criou uma espécie de onda de choque na população quebequense. O « recrutamento », como era chamado, ou por outras palavras o alistamento dos homens no exército, teve por efeito « esvaziar » o Quebec do seu mundo masculino. A sobrevivência das famílias tornou-se em parte a responsabilidade das mulheres. Estas tiveram de deixar as cozinhas para entrarem no mercado de trabalho. Certamente, a família não era negligenciada mas era necessário assegurar a sobrevivência de toda esta gente. Desenvolveram-se então

empregos para as mulheres como operárias, empregadas de escritório, empregadas de armazém, etc. que permitiram a estas ganhar um salário para sustentar a família. De súbito, as mulheres, habitualmente confinadas à casa e sem salário pessoal, tornaram-se as responsáveis, as provedoras das famílias em pé de igualdade com os homens.

Se, no início, este estado era necessário para a sobrevivência das famílias, esta situação não tardou em fazer-lhes descobrir uma forma de autonomia financeira. Assim, as mulheres já não dependiam dos homens para prover às suas necessidades mas já podiam aspirar a diversos empregos e a estudos superiores e universitários que lhes permitiram o acesso a profissões liberais. Estes caminhos abriam-lhes daí para a frente maiores possibilidades e tornavam-nas igualmente mais independentes face a uma eventual escolha conjugal.

Se esta condição existiu para as mulheres, isto não significa que todas tenham aproveitado para se promoverem. Há ainda mulheres que preferem manter-se no ninho familiar, como escolha pessoal, em vez de optarem por uma carreira profissional. Contudo, na medida em que isto representa uma escolha deliberada, esta situação já não interage como dantes.

Já só resta, como garantia de sobrevivência de um casamento, o amor que une os esposos. Será pois necessário que este seja particularmente cultivado, bem alimentado, para assegurar uma escolha de vida a dois que permaneça.

Neste ponto da nossa partilha coloca-se uma questão: porque é que o fenómeno da união livre conhece maior dimensão no Quebeque que nas outras províncias canadianas?

Não temos verdadeiramente resposta. Não podemos impedir-nos aqui de recordar as afirmações de James Murray, governador inglês após a Conquista de 1759, que falava de « estes Quebequenses, estes insubmissos ». Porquê insubmissos? Alguns dizem que é a mentalidade latina: a que é crítica perante qualquer que seja o acontecimento. Outros invocam os combates incessantes que os Quebequenses tiveram de travar contra os ingleses no princípio da colónia. Ou ainda faz-se referência à luta constante para a sobrevivência da língua francesa no nosso contexto canadiano. Como se a situação quebequense comportasse uma luta contínua para a sobrevivência, espécie de herança que alastra a outros domínios.

Mas a verdadeira questão não está aí. Situa-se principalmente no casamento e na união livre.

3. AUMENTO DA UNIÃO LIVRE

Algumas estatísticas

O impacto destes factores sociológicos fez-se sentir no casamento como mostram as seguintes estatísticas:

**Quadro I: Casamento e taxa de nupcialidade
Quebeque 1900-2010 (cônjuges de sexos opostos e do mesmo sexo)
Instituto de Estatística do Quebeque (2011)**

Ano	Número de casamentos	Taxa/1000	Número de divórcios	Taxa/100	Comentários
1900	10103	6,5			
1950	34093	8,6			
1969	47545	7,9	2947	8,8	
1972	53967	8,7	6426	17,5	Taxa de casamentos mais elevada
1995	24237	3,4	20133	54(b)	Taxa de divórcios mais elevada
2008	22053	2,8	13899	49,9	Taxa de casamentos mais baixa
2010	23161(a)	2,9			Aumento do nº de casamentos desde 2008

(a) Deste número 2% são casamentos de pessoas do mesmo sexo.

(b) Este número cobre os divórcios não efectuados nos anos anteriores. Isto explica a diferença.

Neste quadro é possível observar que:

- a taxa de casamentos aumenta até 1972, onde atinge o valor mais alto;
- a taxa de divórcios está no máximo em 1995;
- a taxa de casamentos é a mais baixa em 2008;
- a partir de 2008 a taxa de casamentos já não diminui (notemos aqui a presença de casamentos de cônjuges do mesmo sexo).

**Quadro II : Índice sintético de primo-nupcialidade segundo o sexo,
províncias e alguns países, dados mais recentes
x/1000**

Instituto de Estatística do Quebeque (2011)

País	Províncias	Ano	Homens	Mulheres
Canadá	Quebeque	2008	292,6	315,5
		2009	290,5	317,8
		2010	293,6	322,3
	Canadá	2008	442,1	471,2
	Terra Nova e Labrador	2008	708,6	712,2
	Ilha do Príncipe Eduardo	2008	834,5	817,5
	Nova Escócia	2008	591,2	573,8
	Nova Brunswick	2008	558,3	580,3
	Manitoba	2008	530,0	548,3
	Alberta	2008	483,3	541,8
	Colúmbria Britânica	2008	559,0	576,2
	Yukon	2008	410,9	378,9
	Territórios do Noroeste	2008	249,3	292,8
Espanha		2010	384,4	421,0
França		2009	470,2	480,1
Luxemburgo		2008	406,0	434,0
Suiça		2009	591,5	642,0

Os dados deste quadro demonstram que o Quebeque permanece com a taxa de nupcialidade mais baixa do Canadá (salvo os Territórios do Noroeste) em comparação com alguns outros países mencionados.

Quadro III : Percentagem de casais a viver em união livre
Estatísticas Canadá (2002)

País	Províncias	Ano	% de casais
Suécia		2000	30,0%
Noruega		2000	24,5%
Finlândia		2000	18,5%
México		2000	18,7%
Nova Zelândia		2001	18,3%
França		1999	17,5%
Canadá		2001	16,0%
	Quebeque	2001	29,8%
	Outras províncias	2001	11,7%
Estados Unidos		2000	8,2%

Os diversos dados apresentados anteriormente indicam uma diminuição dos casamentos no plano religioso. Ao lado desta diminuição perfila-se a presença cada vez maior das uniões livres e do casamento civil. Infelizmente, não nos foi possível obter estatísticas que teriam permitido ver a correspondência entre a diminuição dos casamentos religiosos e o aumento das uniões livres e do casamento civil.

Neste ponto da nossa exposição, é preciso recordarmos que o casamento – ou um projecto de vida a dois – já não pode contar com os mesmos factores para garantir a sua duração. O amor dos esposos ou dos cônjuges parece permanecer o único factor capaz de garantir esta duração. Por outro lado, tendo-se alterado as condições de vida, a união livre parece tomar o lugar do casamento como fórmula capaz de permitir aos esposos desenvolver um projecto de vida a dois sem os constrangimentos vividos anteriormente.

4. UNIÃO LIVRE E CASAMENTO: DEFINIÇÕES

Denise Lemieux (2003) sublinha « *a semelhança crescente entre uniões de facto e casamentos* ». Se é este o caso pode-se presumir que as necessidades às quais respondem a união livre e o casamento são similares. Assim, as necessidades de amar e de ser amado encontram-se nas duas formas de união. O desejo de crescimento mútuo dos esposos faz também parte destas necessidades. O desejo de fundar uma família está igualmente entre as necessidades associadas a estas formas de união. Mas então por que escolher a união livre preferencialmente ao casamento? Anne-Marie Ambert (2005) apresenta primeiro estas duas realidades e estuda em seguida as suas vantagens e limitações. É preciso notar que se trata aqui de definições essencialmente sociais. A dimensão espiritual ou religiosa está completamente ausente. Será pois necessário ter isso em conta posteriormente na nossa apresentação.

« O casamento define-se como uma parceria sexual, económica e emocional entre um homem e uma mulher, sancionada pela sociedade e pela lei. [...] até há pouco tempo, em todas as sociedades do mundo, o casamento foi a base da formação da família, isto é, a procriação. É uma instituição: comporta normas que ditam os direitos e responsabilidades dos esposos, da sociedade a seu respeito bem como dos esposos enquanto pais. »

Mas « hoje em dia e particularmente na América do Norte, o casamento tornou-se uma relação privada baseada mais na satisfação pessoal do que num compromisso fundado sobre o crescimento mútuo e as responsabilidades. Cherlin (2004), citado por Ambert, chama-lhe casamento individualizado. Contudo, sublinha também que o casamento tem um grande valor simbólico e, pelo facto de ainda ser institucionalizado, permite aos indivíduos investir na parceria com menor receio de abandono. »

« A união livre é em primeiro lugar e antes de mais uma relação sexual e emocional no contexto de uma vida em comum. A união livre é frequentemente entendida como implicando menos responsabilidades ao nível legal, económico, emocional. Algumas pessoas escolhem coabitar porque isto requer, segundo elas, menos fidelidade sexual que o casamento. É entendida como um modo de vida mais livre que o casamento. Com efeito, em francês, a palavra coabitação é substituída mais frequentemente por “união livre” ».

Por outro lado, Benoît Laplante (2011) dirá da união de facto:

- que não é uma forma degradada de casamento;
- que não é o concubinato romano;
- que é aproximadamente o casamento tal como existia no Ocidente antes da Igreja impor a sua concepção.

Esta apresentação deixa entender que a visão actual do casamento na América do Norte se aproxima singularmente da união livre. A parceria com um menor receio de abandono seria o que distingue essencialmente a união livre do casamento.

4.1. A UNIÃO LIVRE

4.1.1. Tipos de união livre

Mas se a investigação sobre a união livre for levada mais longe, é possível distinguir diversas formas de união livre. Denise Lemieux, socióloga, retomando as afirmações de Catherine Villeneuve-Gokalp, apresenta cinco categorias de união de facto (ou de união livre):

1. Os Prelúdios ao casamento: quando as uniões de facto duram menos de um ano e são seguidas por um casamento (muitas vezes visto como os namoros de antigamente).
2. Os Casamentos à experiência: quando as uniões duram menos de três anos e que um nascimento é seguido de um casamento (muito próximo do nascimento, antes ou depois).
3. As Uniões instáveis: as uniões livres que terminam em menos de três anos, sem nascimento de um filho.
4. As Uniões estáveis: as uniões que duram mais de três anos sem que ocorra o nascimento de um filho.
5. Os Substitutos do casamento: as uniões que dão lugar ao nascimento de um filho durante os três primeiros anos sem que ocorra casamento nos seis meses que se seguem ao nascimento.

A observação destas categorias assinala que 4 em cada 5 tipos de união podem conduzir a um casamento ou a um projecto estável. Não se pode considerar indiferentemente qualquer forma de união livre, é preciso distingui-las. Outro ponto

a considerar: a duração destas uniões de facto parece ter um ponto de referência: três anos.

4.1.2. Vantagens

Destaquemos igualmente outras vantagens assinaladas pela mesma autora na investigação. A união livre:

- é mais fácil porque não são necessárias cerimónias formais e o reconhecimento social;
- torna a quebra da relação mais fácil que o casamento quando não há filhos;
- permite que depois de um período de três anos os cônjuges de facto possam pedir e obter direitos similares aos casais casados em diferentes domínios;
- é menos oneroso financeiramente que o casamento;
- é frequentemente visto como um « teste » de vida a dois;
- faz com que os parceiros se sintam menos constrangidos nos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres: a união livre não tem o efeito de moldar num quadro predeterminado;
- faz com que os cônjuges se sintam mais livres para inventar os seus próprios estilos de vida personalizados uma vez que não têm modelos predeterminados a seguir.

A observação destes dados parece revelar um ponto em comum: os casais rejeitam o constrangimento social externo porque não provém deles mesmos. É como se estas pessoas estivessem numa etapa de assumir as exigências que julgam pertinentes à sua situação e não constrangimentos externos para os quais não encontram utilidade.

4.1.3. Desvantagens

Entre os inconvenientes assinalados à união livre, Anne-Marie Ambert destaca:

- uma menor estabilidade das uniões dentro do limite de três anos que dura habitualmente o projecto;
- um menor compromisso por parte dos cônjuges, sobretudo por parte dos homens;
- uma menor importância atribuída à fidelidade.

O Conselho Pontifício para a Família (2000) por seu lado não cessa de repetir o grande perigo que representa para a família e para os filhos o modelo das « uniões de facto ».

4.2. O CASAMENTO

4.2.1. Vantagens

Numa tal perspectiva pareceria, à primeira vista, que a união livre comporta em definitivo mais vantagens que o casamento. Mais uma vez, é preciso ser prudente quando se trata de definir a união livre, sabendo que se encontrou uma diversidade de modelos. Contudo, importa aqui lançar um olhar sobre as vantagens que o casamento apresenta para ver se elas permitem uma demarcação a esta via. Anne-Marie Ambert (2005) prossegue o estudo destes fenómenos e relata que o casamento:

- tende a durar mais tempo;¹
- representa um nível de compromisso mais elevado em particular para os homens;
- fornece um melhor laço social entre as duas famílias;
- constitui um compromisso no plano afectivo onde a interdependência e a partilha das alegrias e tristezas é melhor.

Para além destas características, a autora nota igualmente que:

- no plano sexual, as pessoas que vivem em união livre são muito menos monógamas do que as pessoas casadas;
- a parceria monógama proporciona com toda a certeza as mais elevadas taxas de satisfação e de prazer;
- os homens e as mulheres casados obtêm níveis mais altos nas escalas do bem-estar físico e psicológico;
- as pessoas casadas têm uma menor taxa de problemas emocionais, em particular de depressão.

As pesquisas citadas por Ambert tendem a demonstrar também que:

¹ Notar-se-á aqui que é necessário considerar a primeira fase de três anos, quer nos casamentos quer nas uniões livres, para falar de duração. Depois desta etapa, não se diz que os casamentos e as uniões livres não são tão estáveis uns como as outras.

- o casamento ajuda a estabilizar a personalidade dos esposos, a adquirir uma auto-estima, uma segurança interior e a consolidar um sentido das responsabilidades e das competências pessoais;
- os homens casados ocupam mais regularmente um emprego que os outros homens, o que lhes confere uma maior estabilidade pessoal;
- os casais casados, muitas vezes devido ao duplo emprego, têm um nível de vida mais elevado: o que favorece a estabilidade da relação;
- o casamento assegura uma maior estabilidade à família;
- os adultos casados são mais susceptíveis de ter uma boa alimentação que as pessoas não casadas.

Como o casamento civil é um dado relativamente recente, estas investigações só puderam ser efectuadas sobre o casamento religioso. Será pois pertinente juntar a estas vantagens toda a dimensão sacramental do casamento.

4.2.2. Desvantagens

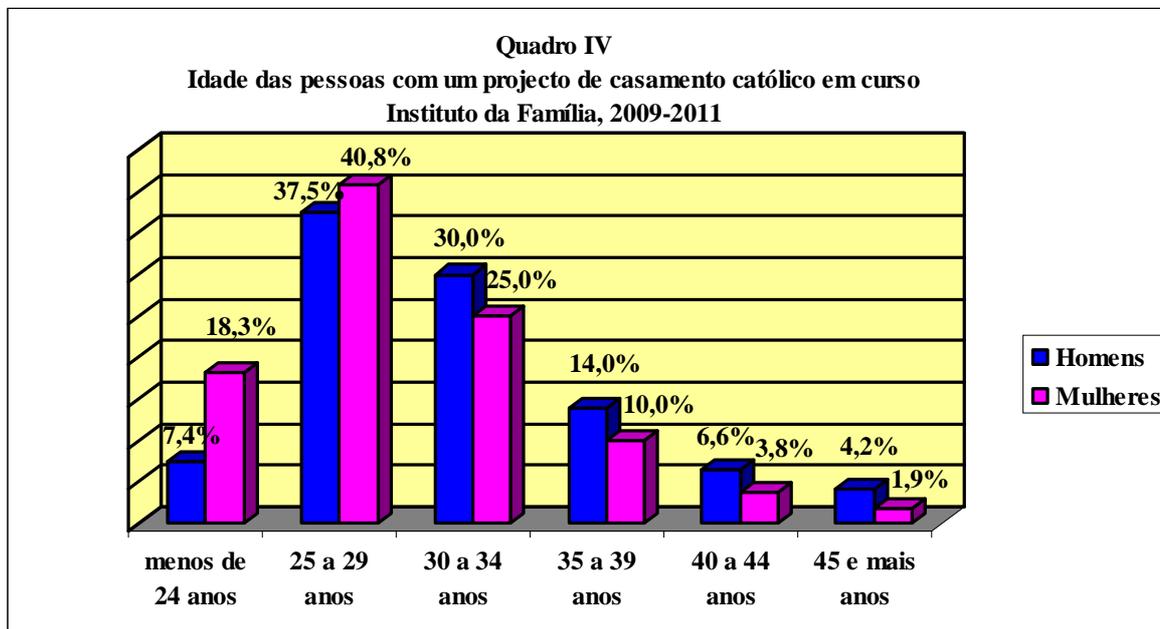
Anne-Marie Ambert cuja pesquisa envolve vários autores que trataram este tema, não destaca de modo particular os inconvenientes do casamento. Não se deveria contudo esquecer os já mencionados anteriormente e que estão muitas vezes na origem do aumento da união livre: a liberdade de constrangimento religioso, a liberdade financeira e a menor fidelidade sexual.

Da observação destes dados parece retirar-se uma constante: a questão da autonomia versus compromisso. **A autonomia** significa aqui a independência em relação aos constrangimentos ou obrigações externas tais como as directivas religiosas, os constrangimentos patrimoniais, a fidelidade, etc. Mas a autonomia não corre também o risco de ocultar o receio de que estes aspectos venham ameaçar a liberdade pessoal?

Pelo contrário, **o compromisso** aparece como um desejo de envolvimento, um impulso no sentido de uma contribuição para construir o mundo no qual vivemos, com o risco bem assumido de nele se realizar. Ora isto remete para dois dados que é interessante considerar em fim de percurso: a idade em que as pessoas se casam e o momento em surgem casamentos ou divórcios.

5. CASAMENTOS E DIVÓRCIOS

Os dados recolhidos no Instituto da Família respeitantes à idade em as pessoas se casam são os seguintes:



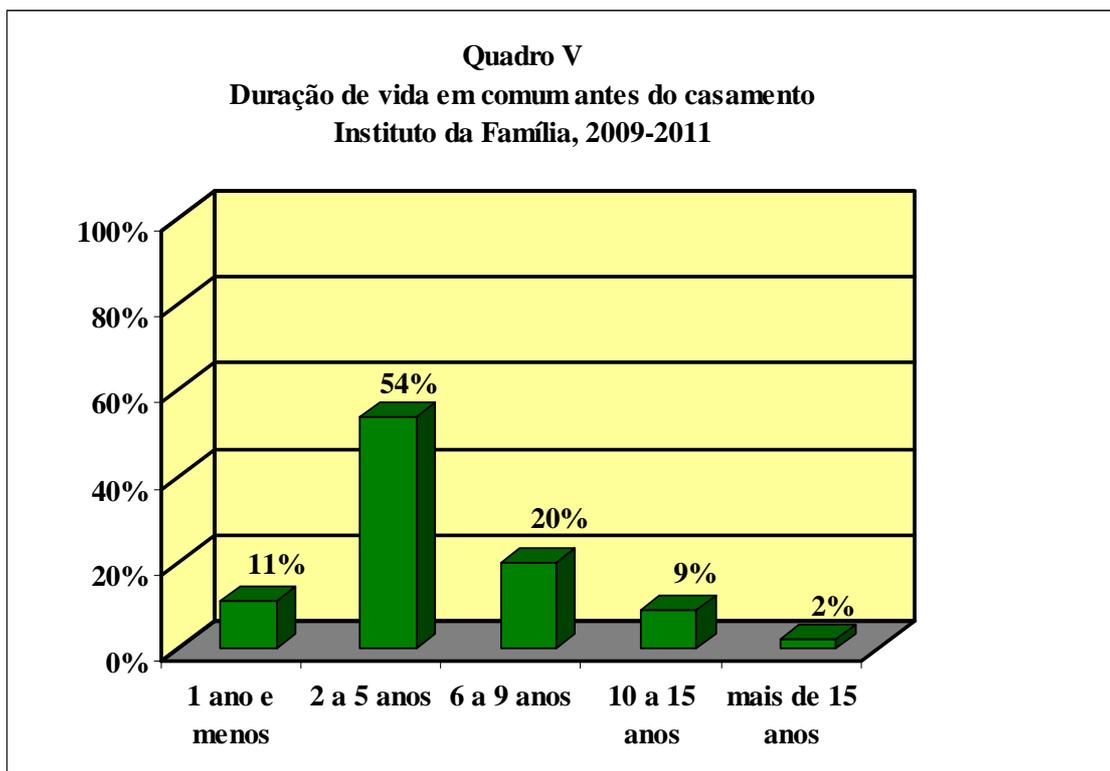
Vê-se aqui que a grande maioria dos homens se casa entre os 25 e os 34 anos, enquanto que para as mulheres esta idade pode variar dos 20 aos 34 anos.

Por outro lado, os dados estatísticos do Quebeque (2011) vão no mesmo sentido. A idade média do primeiro casamento é de 32,4 anos para os homens e 30,7 anos para as mulheres. Ora estas idades, e as dinâmicas que lhes estão relacionadas, correspondem por um lado à etapa de «*intimidade ou isolamento*» descrita por Érickson (1966). É com efeito a etapa em que a pessoa, saída da adolescência, pode encarar um compromisso verdadeiro no mundo exterior. É um compromisso em que a pessoa aceita colaborar na sua edificação. Nesta etapa, ela pode igualmente estabelecer uma relação amorosa com outra pessoa e estar pronta a partilhar com esta um ciclo de trabalho, de procriação e de recreação. Esta mesma etapa é descrita por Hone e Mercure (1993) em termos de autonomia e de intimidade, ou seja, a conquista de uma autonomia pessoal com um desejo e uma capacidade de compromisso social e amoroso.

É pois no momento em que se encontra no limiar de um compromisso pessoal que o jovem adulto faz a escolha de um projecto de vida a dois. Mas no momento em que ele o faz, situa-se num ponto de viragem. Se esta passagem é bem sucedida, ele pode comprometer-se livremente no seu projecto. Pelo contrário, se ele hesita, toda a questão de autonomia e de

independência se coloca de novo; ele está agora perante o facto de optar entre «comprometo-me ou não». Neste contexto a união livre torna-se uma opção intermédia que significa um desejo de implicação mas que deixa igualmente uma opção de terminar sem demasiados constrangimentos externos.

5.1. A DURAÇÃO DO PROJECTO

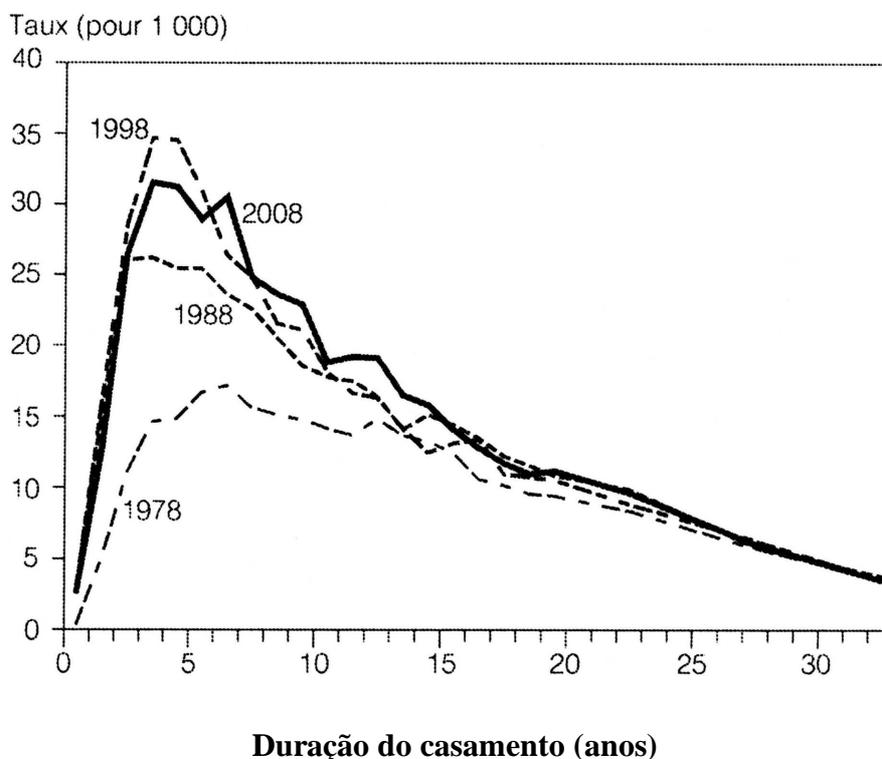


Segundo as estatísticas recolhidas no Instituto da Família de 2009 a 2011, 96% dos 637 casais que frequentaram uma sessão de preparação para o casamento coabitam. Deste número, 54% das pessoas que escolhem casar-se fazem-no entre 2 a 5 anos de vida em comum. Este número passa a 74% se acrescentarmos a duração de 6 a 9 anos. É portanto entre 2 a 5 anos que se coloca a questão para as pessoas em união livre de escolher o casamento. Estes dados do Instituto de Estatística do Quebeque confirmam estes primeiros valores.

Quadro VI

Taxa de divórcio segundo a duração do casamento, Quebeque 1978, 1988, 1998 e 2008

Instituto de Estatística do Quebeque (2011)



Nota: Os dados de 2008 têm em conta os divórcios de cônjuges do mesmo sexo.

Os dados sublinham que « *é após três anos* » de casamento que a taxa de divórcio é mais elevada. A observação do quadro sublinha de outro modo que este período parece oscilar entre 3 e 5 anos.

Coloca-se uma questão: qual é o fenómeno que sobrevém ao fim deste período de 2 a 5 anos de vida em comum para que uns decidam divorciar-se ou que outros optem por se casar? Para além da idade que pode ter uma influência sobre a decisão, lancemos um olhar sobre as etapas da vida do casal para ver se não poderíamos obter uma resposta.

Em « *Le couple d'une étape à l'autre* »² Jean-Marc Lessard (1994) descreve as etapas que um casal atravessa no seu projecto de vida a dois. Retenhamos de entre estas as três primeiras que dão suporte a esta explicação.

² « *O casal de uma etapa a outra* » (N. do T.)

A primeira etapa: *O Cenário Original* é todo o período que precede o projecto de vida a dois actual. Esta etapa moldou a pessoa e trouxe-lhe uma bagagem que lhe servirá para desenvolver o seu projecto. Esta etapa não está compreendida no cálculo da duração de vida a dois. Encontra-se aí para permitir compreender o vivido.

A segunda etapa: *O Romance*. É o início do projecto de vida a dois. É o período dos amores intensos, do romantismo, da enorme atenção prestada ao parceiro e é também o momento onde os parceiros são tudo um para o outro. Este período é duma duração aproximada de 2 a 4 anos.

A terceira etapa: *A Luta de Poder*. Aqui, os parceiros começam a querer modificar-se um ao outro. Cada uma e cada um chega a querer encontrar-se verdadeiramente neste projecto e pede ao outro mudanças. Este período é o tempo de fortes negociações ou de perdões para se chegar a uma situação viável. Esta etapa representa um desafio para a permanência do casal.

O período de 3 a 5 anos representa pois um momento crucial. É aqui que as questões se colocam. Cada um vai reencontrar a sua autonomia mas ao mesmo tempo não deseja desligar-se da relação. Toda a questão do compromisso surge na dinâmica do casal. Surgem mitos tais como «*se discutimos é porque não fomos feitos para viver juntos*». Por vezes estas questões vão colocar-se sem que haja a presença de um filho no casal. Alguns decidirão então separar-se, convencidos de que não foram feitos para viver juntos. (O perigo estará aqui em apressar-se a contrair uma nova união sem ter resolvido o desafio da relação precedente. Isto explicará porque é que certas pessoas retomam este ciclo diversas vezes sem nunca resolver o desafio da autonomia no seio do casal.) Outros optam por prosseguir o caminho vendo como é que podem resolver os seus diferendos.

No caso de cônjuges casados, a escolha de terminar levará ao divórcio após 2 a 5 anos de vida comum. Se nasceram filhos desta união, haverá então lugar à mediação sobre a guarda dos filhos.

No caso das uniões livres, pode-se pensar que o período de romance poderá corresponder a estes 2 a 3 anos de vida em comum, período após o qual surgirá a questão de parar ou de prosseguir. Como não existe contrato de vida comum, a decisão de se separar não terá necessariamente processos legais: de onde a maior facilidade de pôr fim ao projecto.

Outros casais em união livre escolhem atravessar a etapa de luta de poder e de se comprometer juntos no prosseguimento do seu projecto de vida a dois que pode levá-los ao casamento. Recordemos que 4 em cada 5 formas de união livre podem conduzir ao casamento.

Por vezes, a presença de filhos altera a situação. A criança desempenha, de certa forma, o papel de cimento entre os cônjuges. Na medida em que este acordo não conduz a uma situação catastrófica para o casal, o efeito é desejável. Contudo é preciso estar atento para não produzir o efeito contrário.

5.2. OS VALORES QUE OS SUPORTAM

Em suma, união livre e casamento navegam muitas vezes nas mesmas águas. Assentam sobre fenómenos semelhantes. Têm certos valores similares importantes: amar e ser amado inscrito na natureza humana, interdependência e igualdade « ish » e « isha »: iguais e diferentes tais como Deus os criou, cumplicidade e realização permitindo a entreaajuda. Os valores do dom de si mesmo, do acolhimento, da família, da abertura à vida, da atenção prestada ao outro e do respeito pela diferença fazem igualmente parte destas duas formas de compromisso.

Num projecto de vida a dois, quer seja na união livre quer no casamento, o homem e a mulher escolhem estar em relação com um(a) parceiro(a) de vida, isto é, aceitar não ser auto-suficientes. Estes tipos de compromissos supõem a abertura ao outro, sede de unidade, comunhão de pessoas. Num projecto de vida a dois, o amor é essencialmente dom: dom onde se recebe mutuamente como um presente na reciprocidade.

Além disso, o casamento cristão reconhece que este amor é sacramento da presença de Deus, símbolo da Sua Aliança com a humanidade e que é indissolúvel.

É preciso reconhecer contudo que os valores do compromisso e da fidelidade presentes no casamento não parecem ser tão vivos em todas as formas de união livre do que no casamento. Que devemos pensar disto?

CONCLUSÃO

O nosso propósito colocava, desde o princípio, a questão: a união livre... uma via de compromisso?

Apresentámos lado a lado união livre e casamento nas suas características insistindo principalmente sobre a união livre que constitui o objecto do nosso estudo. Perspectivas bíblicas, sociológicas e psicológicas serviram para descobrir as diversas influências que têm um impacto sobre o casamento e favorecem o aumento da união livre. Neste momento da nossa reflexão, pode-se pôr a seguinte questão: o termo « união livre » corresponde verdadeiramente à sua denominação? A nossa pesquisa concluiu que a união livre visava desfazer-se dos « constrangimentos » representados pelas perspectivas religiosas e patrimoniais associadas ao projecto de vida a dois.

Mas, mesmo em união livre, a pessoa compromete-se nos caminhos amorosos, conjugais e algumas vezes familiares que ela escolhe assumir para o seu bem-estar pessoal e para o respeito dos e das implicados neste projecto. Aqui, já não são os constrangimentos externos que prevalecem mas as obrigações que decorrem naturalmente do caminho escolhido pela pessoa. Nesta perspectiva, deve-se considerar sempre a união livre como **verdadeiramente livre** de todo o constrangimento ou antes um **convite à responsabilização**?

A união livre, a que é vivida quatro em cada cinco vezes como conduzindo ao casamento, é nesta perspectiva, um novo caminho escolhido pelas pessoas responsáveis. Pode representar o surgimento de uma nova sensibilidade espiritual, sensibilidade que já não tem necessariamente referência a um absoluto ou uma religião organizada mas a um compromisso autêntico e novo.

REFERÊNCIAS

- Ambert, Anne-Marie, *Tendances contemporaines de la famille*, Institut Vanier de la Famille, Septembre 2005.
- Beaumont, Henri, *La conscience enseignée et la conscience éclairée*, Notes de cours non publiées, Université Laval, 1996.
- Cherlin, A.J. *The déinstitutionalization of American marriage*, Journal of Marriage and Family, 66, 848-861, 2004.
- Conférence des Évêques Catholiques du Canada, *Catéchisme de l'Église Catholique*, Ottawa, 1992.
- Conseil Pontifical pour la Famille, *Famille, mariage et « unions de fait »*, Ed. Médiaspaul, Montréal, 2000.
- Érikson, Erik H., *Enfance et société*, Delachaux et Niestlé, Paris, 1966.
- Gouvernement du Québec, Commission royale d'enquête sur l'enseignement dans la Province de Québec, *Rapport Parent*, 1963.
- Hone Geneviève et Julien Mercure, *Les saisons du couple*, Ed. Novalis, Université St-Paul, Ottawa, 1993.
- Institut de la Famille, Église catholique de Québec, *Le mariage chrétien, sacrement de l'amour de Dieu*, 2005.
- Institut de la Famille, *Profil des couples en préparation au mariage*, St-Augustin-de-Desmaures, 2009-2011.
- Institut de la Statistiques du Québec, *Le bilan démographique du Québec*, Québec, 2011, chap 5: mariage et nuptialité.
- Laplante Benoît, *L'Union de fait comme mariage romain*, Centre Urbanisation Culture Société, 15 avril 2011.
- Ledure, Yves, *La rupture*, Lethielleux, Groupe Desclée de Brouwer, Paris, 2010.
- Lemieux, Denise, *Cohabiter, se fiancer, se marier, Le sens donné à leur union par les couples*, Partenariat Familles en mouvance et dynamiques intergénérationnelles, 2003.
- Lessard, Jean-Marc, *Le couple d'une étape à l'autre*, Ed. Paulines, Montréal, 1994.
- Mager, Robert et Serge Cantin, *Modernité et religion au Québec*, Presses de l'Université Laval, Québec, 2010.
- Paul VI, *Humanae Vitae*, Encyclique de Paul VI sur la régulation des naissances, Ed. Paulines, 1979.
- Vatican II, *Vatican II, Les seize documents conciliaires*, Fides, Montréal, 1967.

QUESTÕES PARA O ATELIÊ

1. Quais são as vossas reacções face à união livre como via de compromisso conjugal?
2. Se a vossa filha ou o vosso filho vos manifestasse a sua intenção de ir viver em união livre com o seu companheiro ou companheira, qual seria a vossa reacção?
3. Acreditam que há perigo em apoiar um caminho em união livre junto dos casais que conhecem e acompanham? Porquê?